



Universidade do Minho
Instituto de Educação

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO INTERNA DA ESEQ

2016/2017

PARECER

Tendo por base o Relatório de Avaliação Interna da ESEQ relativo ao ano letivo de 2016/2017 e as considerações plasmadas no primeiro parecer elaborado em Janeiro de 2017, apresento um comentário global, organizado a partir de quatro eixos principais. Destaco os aspetos mais relevantes no período em apreço, na expectativa de que este parecer possa constituir uma oportunidade de reflexão e debate nos diversos espaços e tempos escolares. Sendo o Relatório em análise uma peça estruturante da avaliação interna em desenvolvimento na escola, considero oportuno iniciar a reflexão sobre a arquitetura avaliativa que vem sendo desenvolvida nas escolas portuguesas e, em particular, na ESEQ.

O processo de avaliação interna constitui um importante mecanismo de análise crítica das dinâmicas da instituição escolar, absolutamente indispensável à melhoria das práticas profissionais, da organização pedagógica, da gestão e da liderança da escola. As equipas responsáveis pela dinamização da avaliação interna desempenham, assim, um papel muito relevante no desenvolvimento de uma cultura de autoavaliação, assente em práticas regulares de reflexão sobre as várias dimensões do funcionamento da escola. De acordo com esta perspetiva, a avaliação interna inscreve-se na própria matriz política e organizacional da escola, podendo contribuir para o reforço das suas estratégias de desenvolvimento e afirmação na comunidade.

Esta conceção de avaliação (permanente, alargada e holística) esbarra, contudo, com os traços de uma *cultura escolar* ancorada em orientações e práticas escolares tendencialmente compartimentadas (em algumas escolas fragmentadas e individualizadas) e em rotinas profissionais instaladas, que nem sempre propiciam espaço, tempo e condições para o trabalho colaborativo e reflexivo, que exige uma disponibilidade temporal frequentemente incompatível com as pressões do quotidiano. O acompanhamento que tenho feito da avaliação interna em várias escolas e agrupamentos do concelho de Braga mostra o quanto é difícil integrar a avaliação nos processos de trabalho, seja ao nível dos vários patamares da gestão, seja no domínio das práticas pedagógicas, operacionais e administrativas. Devido a estas razões, a maioria das escolas encontra-se (ainda) numa fase preliminar de implementação da avaliação, que passa pela constituição de uma equipa responsável pela preparação, monitorização e implementação da avaliação, que culmina com a elaboração de um Relatório que será objeto de discussão nos órgãos próprios e, em alguns casos, o ponto de partida para a elaboração de medidas de melhoria. Em grande parte das instituições escolares, as prioridades da avaliação interna incidem sobre os eixos dos projetos educativos que, por sua vez, tendem a aproximar-se das prioridades do programa de avaliação externa. Embora se compreendam sociologicamente as razões, a subordinação da avaliação interna às orientações da avaliação externa pode enfraquecer e contrariar, como vem sendo demonstrado em várias investigações, o desenvolvimento da autonomia da escola, ao torna-la refém das diretivas centrais.

Este enquadramento é fundamental para situar o processo avaliativo desta escola no panorama mais vasto do sistema público de ensino e clarificar o quadro de referência que vem orientando a leitura crítica dos Relatórios produzidos pela equipa de avaliação interna da ESEQ, doravante designada EAI. De forma breve, destacamos quatro aspetos:

1) Constituição da EAI

A EAI apresenta uma constituição heterogénea (reforçada este ano com um representante do pessoal não docente), fundamental a uma leitura multidimensional da escola, suportada em diferentes olhares e perspetivas. Todavia, tal como referido no 1º

parecer, a inclusão de um membro exterior à comunidade escolar (por exemplo, representante do sector económico, artístico ou cultural) poderia enriquecer ainda mais o olhar (plural) sobre a escola. A diversidade de ângulos de observação contribui para ampliar, complementar e aprofundar a visão, para além de possibilitar uma abordagem mais distanciada e descomprometida da realidade escolar.

2) Objetivos da EAI

Em relação à missão e competências da EAI, fica claro o seu alinhamento com o previsto no regulamento interno da escola (pp. 31 e 32), que determina como principal finalidade o “planeamento, execução e desenvolvimento de procedimentos de avaliação interna”. Assim, opta-se por incidir a avaliação em três eixos-chave: i) resultados; ii) autonomia e liderança; iii) gestão e prestação do serviço educativo. Com ligeiras variações, as principais linhas de atuação da avaliação interna são muito similares aos três domínios do quadro de referência da avaliação externa. Esta similitude de agendas poderá indiciar a necessidade de a escola se preparar previamente para o momento da avaliação externa, garantindo assim condições para a obtenção de bons resultados. Sem questionar tal opção, legítima e expectável face à centralidade da agência externa de avaliação e de outros mecanismos de *accountability*, importa refletir sobre o alcance, as potencialidades e as limitações desta estratégia. As potencialidades são evidentes: a monitorização regular dos processos, a sua avaliação e a promoção de melhorias em tempo oportuno permitem otimizar e maximizar os resultados e, conseqüentemente, aumentar as probabilidades de atingir os patamares mais elevados na avaliação externa. Por outro lado, o alcance político desta estratégia é restrito e limitado à agenda da avaliação externa que, como tem sido demonstrado em vários estudos, se encontra excessivamente focada dos resultados académicos. Perante este cenário, impõe-se refletir sobre o programa político-pedagógico que se pretende desenvolver na escola e a sua eventual reconfiguração por força das pressões avaliativas. É certo que estamos perante uma escola centenária, herdeira de uma cultura liceal que aposta na qualidade, na exigência e na excelência da educação. Todavia, ao focar-se nesta missão mais “instrutiva”, não poderá estar a comprometer a (desejável) articulação com a missão “socializadora”, no sentido de uma educação mais integral e inclusiva? Tendo assinado

um contrato de autonomia em 2007, usufruindo por essa via de uma margem para construir a diferença, como se posiciona a escola perante este dilema comum a tantas outras instituições? A definição dos objetivos da avaliação interna deve considerar estas interrogações, uma vez que desta resultam consequências que tanto podem reforçar a visão de escola plasmada nos seus objetivos estratégicos como ampliar o leque de possibilidades de uma educação cultural e cientificamente mais consistente.

3) Metodologia de avaliação

A metodologia de trabalho adotada pela equipa ao longo do processo de monitorização e avaliação permite inferir o tipo de implicação e envolvimento dos atores escolares neste processo, podendo criar condições para o enraizamento de uma cultura de autoavaliação nas malhas da instituição. Ora, estas informações encontram-se omissas do Relatório, não sendo possível, por isso, analisar a sua adequação aos objetivos propostos. De realçar que a explicitação da metodologia de trabalho que presidiu à recolha, compilação e avaliação das informações poderá ser duplamente útil: aos atores escolares, que passam a conhecer o intrincado trabalho realizado pela equipa, e aos próprios membros da equipa que, ao explicitarem o desenho metodológico, podem refletir sobre a sua adequação e eventuais melhorias.

4) Os resultados globais

Chegados a esta etapa, é evidente que o Relatório final resultou de um longo processo de recolha, organização e interpretação de dados provenientes de diversas fontes, espelhando apenas uma parcela do extenso trabalho efetuado pela equipa. Os dados apresentados encontram-se muito bem organizados, revelando um esforço de síntese e de focagem nos aspetos mais relevantes em cada seção. O confronto dos resultados da ESEQ com o contexto nacional ajudam a (re)contextualizar a análise, evitando interpretações distorcidas e facilitando a procura de soluções organizativas e pedagógicas. A análise evolutiva dos dados permite identificar as regularidades, as melhorias e as fragilidades, o que facilita a discussão nos órgãos e a própria construção de propostas de melhoria e/ou sustentação dos resultados. A imagem que sobressai é de

uma notória estabilidade (com tendência para a melhoria) e sustentabilidade dos resultados em todos os parâmetros, interrompida pontualmente por um ou outro indicador menos alinhado e que merecerá, certamente, a atenção das estruturas de gestão. Apesar de a realidade escolar ser dinâmica, observa-se um padrão (elevado) nos desempenhos e nas atividades promovidas pela escola, mais evidente ao nível dos resultados académicos, pois estes propiciam uma mensuração quantitativa.

Considerando os três domínios estruturantes do Relatório, persiste alguma assimetria no espaço dedicado a cada um deles, embora menor em relação ao Relatório anterior: o domínio dos resultados continua a ocupar uma parte privilegiada (14 páginas), logo seguido do domínio gestão e prestação do serviço educativo (12 páginas); o domínio autonomia e liderança é objeto de uma análise mais reduzida (4 páginas). A ausência de dados mensuráveis em relação a algumas dimensões continua, provavelmente, a constituir um entrave à avaliação de alguns aspetos. A equipa deverá ponderar a inclusão de outros processos e práticas educativas não mensuráveis, mas efetivamente concretizadas ao longo do ano escolar.

Sobre os resultados

Apesar da assinalável estabilidade nos resultados académicos internos e externos, tanto no nível básico, como no nível secundário, com valores sempre acima das médias nacionais, verificam-se algumas alterações pontuais: no ensino básico, verifica-se uma descida da percentagem de negativas relativamente ao ano anterior; contrariamente, no 9º ano regista-se uma percentagem de negativas superior à dos dois últimos anos letivos.

Ao nível do ensino secundário, o cenário continua estável, constatando-se uma melhoria dos resultados à medida que se avança no ano de escolaridade. Contudo, convém sublinhar uma exceção ao nível do 10º ano que, pelo segundo ano consecutivo, continua a registar um aumento da percentagem de negativas e, pela primeira vez nos últimos três anos, uma descida das médias internas. Inversamente, no 11º ano de escolaridade regista-se uma subida das médias internas e uma descida da percentagem de negativas.

No que respeita aos resultados académicos externos, o balanço continua muito positivo, confirmado pela subida (em 2016) de vinte e seis lugares na seriação nacional apresentada pelo jornal *Público*.

Uma última apreciação prende-se com o ingresso no ensino superior. Apesar de a taxa de colocação na 1ª fase permanecer muito positiva (acima dos 80% na última década), não deixa de merecer atenção o facto de se observar em 2016/17 a menor taxa de colocação desde 2011/12, para além de se registar uma diminuição na percentagem de alunos colocados em 1ª opção. Reafirmamos a observação sublinhada no primeiro parecer: “Este dado poderá ser um indicador importante para, internamente, ao nível dos Serviços de Psicologia e Orientação, se repensar estratégias de preparação e ajustamento das carreiras pós-secundárias dos alunos.”

Em relação aos resultados sociais, os dados apresentados continuam a evidenciar uma dinâmica pedagógica e cultural assinalável, muito embora, o tipo de dados disponibilizados não possibilite ajuizar sobre o valor educativo das atividades e sua eventual articulação com os programas curriculares. As informações relativas ao apoio pedagógico revelam uma progressão dos alunos que frequentam as aulas de apoio. O alargamento destas aulas a alunos com diferentes tipos de desempenho exigirá, doravante, pensar em mecanismos de monitorização apropriados aos diferentes casos.

Sobre a autonomia e liderança

A evolução do número de turmas e de alunos matriculados nos últimos 3 anos revela, globalmente, uma diminuição de alunos no ensino secundário (com exceção do 10º ano) e um aumento no ensino básico. Perante esta tendência, a escola deverá refletir sobre os motivos que poderão estar na origem deste descréscimo e desenvolver estratégias que ajudem a manter os níveis de atração da escola.

No plano organizacional, a ausência de indicadores relativos às dimensões da liderança – articulação inter-órgãos, valorização das lideranças intermédias e mobilização de todos os atores nas atividades promovidas pela ESEQ, para além da presença nas reuniões – impossibilitam uma análise mais apurada desta dimensão. De igual modo, reafirmamos o interesse em nomear neste Relatório outros indicadores, para além do número de alunos que integram o quadro de valor e excelência, que espelhem a

promoção da imagem social da escola, como por exemplo, a publicitação na webpage dos resultados de ingresso no ensino superior, a publicação do *Anuário*, do jornal escolar *Ecos*, entre outras atividades relevantes.

Sobre a gestão e prestação do serviço educativo

Durante o ano letivo em apreço, a ESEQ manteve um cumprimento rigoroso do planeamento das atividades letivas, apesar de se registar uma ligeira diminuição da percentagem de planos cumpridos, em relação aos valores de 2015/16. Observou-se, ainda, uma diminuição do rácio do número de turmas por professor em dois Departamentos (Línguas e Expressões), o que poderá ter beneficiado a abertura e disponibilidade dos professores para investir na preparação das aulas e no apoio aos alunos. De igual modo, a escola continua a apostar em inúmeras atividades de complemento às atividades letivas, com maior expressão nos Departamentos de Línguas, Expressões e Ciências Físicas e Naturais, cuja avaliação é muito positiva. Para além do incremento dos apoios pedagógicos registado em 2016/2017, de realçar o investimento significativo na coadjuvação na sala de aula, cujos valores (tempos letivos atribuídos) quase duplicaram em relação ao ano letivo anterior. A monitorização e avaliação do ensino e das aprendizagens constitui um traço forte da escola. O recurso a múltiplos suportes eletrónicos para agilizar este processo e a sua divulgação na página eletrónica, é ilustrativo da transparência e da importância conferida à avaliação pedagógica.

Os resultados dos inquéritos de satisfação continuam a revelar um elevado reconhecimento da qualidade desta instituição por parte dos vários atores educativos. Todavia, registou-se no ano objeto uma ligeira descida do grau de satisfação dos alunos, com maior incidência na ação do Serviço de Psicologia e Orientação, nas condições físicas dos balneários e da Sala de Estudo, no funcionamento dos Serviços Administrativos e na atuação dos Assistentes Operacionais. De igual modo, o grau de satisfação dos assistentes técnicos e dos operacionais desceu ligeiramente em relação aos valores do ano anterior. Os docentes e encarregados de educação expressam globalmente uma opinião muito positiva, superando mesmo em alguns domínios os valores registados no ano anterior.

Em relação ao desenvolvimento profissional dos professores, as estatísticas apresentadas continuam a revelar um padrão assimétrico, tendo por referência o grupo de recrutamento, o número de horas e o tipo de formação realizada. Este indicador deverá merecer reflexão interna, na medida em que a componente formativa constitui uma dimensão central na garantia da qualidade dos processos de ensino e aprendizagem e na própria capacidade de melhoria e sustentabilidade da ESEQ. Volvido um ano da elaboração do 1º parecer, parece-me pertinente recuperar a observação aí tecida a propósito do progressivo envelhecimento do corpo docente e não docente e a necessidade de se pensar a estratégia formativa da escola: “o investimento na formação e atualização profissional pode constituir uma orientação indispensável ao melhoramento das práticas, à inovação dos processos de ensino-aprendizagem e, igualmente, à forma de (re)perspetivar estrategicamente a missão da ESEQ. Uma formação não estritamente técnica, voltada para as dimensões de suporte à leccionação, mas, complementarmente, uma formação mais ampla referenciada às questões de política educativa e organizacional ajudaria a olhar criticamente a escola e o seu lugar na sociedade contemporânea. A ESEQ atingiu um nível de desenvolvimento institucional assinalável, sendo agora relevante e oportuno refletir criticamente sobre o percurso evolutivo e traçar estratégias futuras de atuação. Esta abordagem exigirá, certamente, uma leitura distanciada, holística e reflexiva que aporte contributos pertinentes aos (novos) rumos da ESEQ.”

Uma nota final para sugerir, no futuro, a inclusão no Relatório da EAI de uma síntese das ações de melhoria implementadas na escola, que tenham sido pensadas para superar eventuais fragilidades identificadas nos Relatórios. Esta informação permitirá efetuar uma interpretação mais consistente dos dados e aferir e monitorizar a adequação destas medidas à realidade escolar.

Braga, 1 de março de 2018

Leonor Lima Torres
(Universidade do Minho)